

## ASPECTOS ÉTICOS DA ATIVIDADE FILOSÓFICA NO *TRACTATUS* DE WITTGENSTEIN

Matheus Colares do Nascimento\*

**Resumo:** Em carta a Ludwig von Ficker, Wittgenstein declara que o *Tractatus logico-philosophicus* (TLP) tem um objetivo ético. Tendo isso em mente, este trabalho objetiva demonstrar de que maneira a rejeição por parte de Wittgenstein das pretensões proposicionais da filosofia metafísica é eticamente orientada a partir desse mesmo objetivo. Segundo argumentaremos, tais motivos se desdobram em dois aspectos, a honestidade intelectual e o apaziguamento. Concluiremos que, uma vez que o discurso filosófico tradicional não se adequaria a exigências éticas básicas para o bom uso da linguagem figurativa, ele deve ser eticamente qualificado de maneira negativa.

**Palavras-chave:** Wittgenstein. Filosofia. Proposições filosóficas. Ética. Objetivo ético

## ETHICAL ASPECTS OF THE PHILOSOPHICAL ACTIVITY IN WITTGENSTEIN'S *TRACTATUS*

**Abstract:** In a letter to Ludwig von Ficker Wittgenstein claims that his book, the *Tractatus logico-philosophicus* is informed by an ethical goal. With this statement in mind, this paper aims to demonstrate how Wittgenstein's rejection of traditional metaphysical claims in philosophy is ethically motivated based on this same goal. We'll argue that the ethical aspect of his philosophical activity unfolds into two facets, namely, intellectual honesty and peace in thoughts. From this we shall conclude that, since traditional philosophical discourse tries to go beyond the rules for the correct application of the logic of our language, it must be ethically qualified in a negative sense.

**Key-words:** Wittgenstein. Philosophy. Philosophical Propositions. Ethics. Ethical Goal

### I. INTRODUÇÃO

É sabido, a partir de uma carta enviada a Ludwig von Ficker<sup>14</sup>, que Wittgenstein estava eticamente motivado ao escrever o *Tractatus logico-philosophicus* (TLP) propondo uma delimitação entre as esferas do que poderia ser dito e do que poderia

---

\* Mestrando em Filosofia pela UFSCA. Tem interesse em Filosofia Contemporânea, especificamente, Filosofia Analítica, Filosofia da Linguagem. Pesquisa atualmente enfoques sobre a relação entre ética e linguagem no desenvolvimento filosófico de Wittgenstein. E-mail: matheuscolares12@gmail.com

<sup>14</sup> WITTGENSTEIN, L. et al. **Briefe an Ludwig von Ficker**. Salzburg: O. Müller, 1969.

apenas ser mostrado. Assim sendo, tanto a interdição contra a formulação de proposições filosóficas (a partir da justificativa de que o que a filosofia quer dizer, só poderia ser mostrado em proposições bem-construídas) assim como a adoção da concepção de filosofia como clarificação dos pensamentos, ambos esses pontos devem ser entendidos sob esse ponto de vista ético. Tendo isso em mente, objetivo deste trabalho é demonstrar como para Wittgenstein a transgressão dos limites do sentido por meio da formulação de teses filosóficas deve ser considerada antiética. Pois, em primeiro lugar, estas feririam a máxima moral de clareza lógica prescrita pelo sentido de honestidade intelectual da tarefa analítico-crítica da filosofia e, em segundo lugar, assim como a vontade má, conduziriam a uma vida de inquietude intelectual.

Ambos os aspectos estão ligados à crítica de Wittgenstein à concepção de filosofia tradicional ou metafísica<sup>15</sup>. O primeiro estaria ligado ao modo de filosofar tractatiano embasado na concepção de filosofia como atividade crítica (GEBAUER, 2013, p.38) Segundo tal concepção, a filosofia seria responsável pela clarificação dos pensamentos (*TLP* 4.112), cujo resultado deveria ser a desconstrução de confusões conceituais. Aqui a clareza lógica é colocada como um dever ético seguindo o pressuposto de uma honestidade intelectual.

Para mostrar o segundo aspecto, primeiramente, será necessário definir em que sentido Wittgenstein entende a ética. Aqui também seu tratamento está alinhado à sua crítica ao *modus operandi* proposicional da filosofia tradicional (CHRISTENSEN, 2011, p.799) analisado a partir da argumentação acerca da teoria da proposição e da natureza da necessidade no *TLP*. As conclusões dos seus argumentos levam-no a rejeitar os fundamentos de concepções tradicionais de ética, assim como qualquer tentativa de torná-la uma disciplina no sentido teórico<sup>16</sup>.

Nesse sentido, a ética é considerada um tipo de relação do sujeito para com o mundo (30.7.1916)<sup>17</sup>. A tendência à metafísica será considerada como um tipo de resposta para essa relação que, tal como a vontade má, apresenta uma compreensão equivocada dos limites do sentido. Isso resultaria na pretensão filosófica de formular teses metafísicas. Essas teses, por sua pretensão de caráter impositivo, deveriam ser

---

<sup>15</sup> Doravante utilizaremos ambos os termos de forma intercambiável.

<sup>16</sup> Como a empreendida pela psicologia empírica, Cf. DIAMOND (2001), p.156-158.

<sup>17</sup> Cf. nota 6.

consideradas antiéticas tal como a vontade má, pois ambas levariam a uma vida de inquietude, que é a vida infeliz para Wittgenstein.

Para demonstrar isso, exploraremos alguns pontos-chave do que é considerado o primeiro momento do pensamento de Wittgenstein. Concentrar-nos-emos principalmente nas seguintes obras: suas anotações do *Diário Filosófico* (1916-1918), o *Tractatus logico-philosophicus (TLP)* e a sua *Conferência sobre a Ética (CE)*<sup>18</sup>.

Primeiramente, porém, é necessário definir a concepção da filosofia tradicional e mostrar como suas pretensões discursivas não se adequam à teoria da proposição tractatiana e ao tratamento lógico que Wittgenstein dá à noção de necessidade.

## II. O TRACTATUS DE WITTGENSTEIN E A FILOSOFIA

Historiograficamente a filosofia é concebida como uma disciplina cognitiva (GLOCK, 1998, p.163). *Grosso modo*, isso significa que ela teria como objetivo contribuir para o aumento do nosso conhecimento acerca de um determinado objeto de investigação. Nesse sentido, por exemplo, filosofia e física, compartilhariam similaridades metodológicas. Ambas objetivariam avançar teses ou doutrinas com propósitos explicativos (KUUSELA, 2008, p.1).

A diferença entre as duas disciplinas consistiria unicamente na natureza do objeto de investigação ao qual esse método seria aplicado. A ciência mobilizaria proposições com conteúdo empírico para descrever um determinado estrato da realidade composto unicamente por estados de coisas contingentes (HACKER, 2017, p.209). Diferentemente, a metafísica não se ocuparia com a realidade empírica, mas com os princípios constituintes da estrutura da realidade, os quais representariam a sua base cognitiva (KUUSELA, 2005, p.96). As proposições da filosofia formuladas com o objetivo de descrever estes aspectos seriam sintéticas, i.e., veiculariam conhecimento positivo, e seriam, ao mesmo tempo, necessárias (HACKER, op. cit., p.209).

Uma vez que a filosofia aspiraria a descrever a realidade em seus aspectos essenciais, seu discurso, por definição, não seria passível de verificação ou refutação via observações empíricas. Pois, nesta esfera eles só se manifestariam de maneira

---

<sup>18</sup> Tal como é habitual na literatura secundária, as referências aos textos fonte de Wittgenstein virão com a sua sigla correspondente seguida do número do aforismo ou da página no manuscrito original. As referências ao seu diário filosófico virão com as datas em que a anotação fora feita.

condicionada. Nesse sentido, a filosofia se apresentava como um discurso autônomo, i.e., um discurso cuja comprovação dos próprios argumentos dar-se-ia por meio da sua análise autorreferencial levando em consideração unicamente a coerência intrassistemática das suas teorias (Ibid., p.209).

Em razão de todos esses aspectos listados, a filosofia colocar-se-ia, por excelência, em um estatuto epistemológico superior em relação às ciências naturais. Wittgenstein concorda com essa concepção de filosofia até um determinado ponto. Ele também sustenta que deve haver uma diferença entre a filosofia e as ciências naturais (*TLP* 4.111). Para ele, porém, essa diferença é significativamente mais profunda do que a mera aplicação de um mesmo método a objetos de natureza diferente. Para Wittgenstein a concepção tradicional de filosofia estaria equivocada ao tentar diferenciar-se das ciências naturais unicamente vinculando suas proposições à ideia de necessidade que se opõe à contingência da natureza do objeto das ciências naturais (GLOCK, 1996, p.201).

Como afirma Kuusela (KUUSELA, 2008, p.3) o principal equívoco dos filósofos, para Wittgenstein, teria sido não compreender a diferença fundamental entre juízos factuais e juízos necessários. Isso os teria levado assumir uma atitude proposicional indistinta com relação à possibilidade de expressão dos dois tipos de proposição. Ou seja, para eles, a expressão de um fato poderia ser formulada com a mesma necessidade que a expressão de uma regra, condição de possibilidade da expressão do primeiro.

Para Wittgenstein, a má compreensão dessa propriedade da lógica da nossa linguagem por parte dos filósofos teria resultado no mal-uso das suas capacidades representativas que povoam a filosofia (*TLP* PREFÁCIO 6-7, 4.003). Nesse sentido, segundo Kuusela (2008, p.5), o *TLP* pode ser concebido como objetivando, dentre outras coisas, estabelecer as condições lógicas em que trechos de linguagens podem ser entendidos como representativos de fatos. E, assim, indiretamente, esclarecer a partir dessa sintaxe lógica a confusão conceitual entre proposições empíricas e proposições com pretensão de necessidade. Para compreender esse ponto, porém, é necessário expor em que termos Wittgenstein entende uma proposição.

### III. TEORIA DA PROPOSIÇÃO E PROPOSIÇÕES FILOSÓFICAS

Para Wittgenstein, proposições seriam articulados de nomes (*TLP* 3.14, 3.141), que compartilhariam uma forma lógica comum com possíveis estados de coisas (*TLP* 2.161, 2.17). Estes, por sua vez, são definidos logicamente como articulados de objetos (*TLP* 2.01). Assim, na proposição cada elemento em particular deveria estar articulado de tal maneira que possa ser substituído por um elemento em particular do estado de coisas, a partir do princípio da substituição (*TLP* 4.0312). Wittgenstein identifica o estado de coisas figurado como sendo o sentido de uma proposição (*TLP* 2.221). E o valor de verdade de uma proposição seria obtido por meio de comparação com a realidade (*TLP* 2.222). Ou seja, Wittgenstein coloca a bipolaridade como uma condição essencial para uma proposição bem construída. Assim, proposições têm que poder ser verdadeiras ou falsas e não ser necessariamente verdadeiras ou necessariamente falsas (*TLP* 2.201, 3.31).

Como podemos ver, essas regras concentram-se nos aspectos sintáticos da construção de uma proposição (*TLP* 3.13, 3.33). As regras da sintaxe lógica antecipam a forma segundo a qual o sentido das proposições é construído (*TLP* 3.34), mas não quais nomes podemos combinar entre si e quais não podemos para figurar uma determinada situação possível. Isso significa que qualquer proposição de qualquer linguagem pode ter sentido desde que nós atribuamos significados aos seus elementos constituintes (*TLP* 5.4733).

Apesar disso, para Wittgenstein, a gramática das linguagens naturais não permite excluir erros de expressão (*TLP* 4.002), embora ele afirme que estão em perfeita ordem para seus próprios propósitos comunicativos<sup>19</sup> (*TLP* 5.5563) . Assim, muitas vezes quando pensamos ter diante de nós proposições bem construídas na estrutura de uma linguagem natural, elas podem mostrar o contrário quando traduzidas para um simbolismo que siga as regras da sintaxe lógica (*TLP* 4.002). Tais proposições apenas aparentam ter sentido, mas na verdade estão incompletas. A análise lógica dessas proposições a partir do simbolismo deverá mostrar-nos quaisquer erros de construção

---

<sup>19</sup> Para Wittgenstein, portanto, as exigências colocadas pelo simbolismo têm unicamente o propósito de evitar tais problemas de expressão (*TLP* 3.325). Assim, os objetivos almejados pela exigência de uma notação que evite esses erros são pragmáticos. Para Hutto (2003, p.78), isso é um eco da ideia fregeana de que desenvolver uma linguagem lógica, um simbolismo satisfatório deve ser suficientemente capaz de suprir nossas necessidades e propósitos figurativos, i.e., científicos.

É o que acontece quando, segundo o exemplo de Wittgenstein<sup>20</sup>, tentamos traduzir a frase “Sócrates é idêntico”. O problema dessa frase está na tradução do termo “idêntico”. Conforme afirma Conant (1989, p.259), não podemos traduzir “Sócrates é idêntico”, porque a palavra “idêntico” não tem um termo correlato no simbolismo. Não podemos traduzi-la pelo sinal de igualdade porque eles não apresentam as mesmas regras de aplicação. A sintaxe do sinal de igualdade no simbolismo exige que algo seja igual a alguma coisa. No caso, exige que “Sócrates” seja igual a algum objeto. A frase, tal como ela está, não aplica “idêntico” da mesma forma como no simbolismo aplica-se o sinal de igualdade, porque ela não nos diz a qual objeto “Sócrates” é idêntico. A frase “Sócrates é idêntico” não pode ser traduzida, pois, da perspectiva do simbolismo, assim como ela está agora, seu sentido está incompleto.

A temática dessas discussões acerca do simbolismo é herdada por Wittgenstein no *TLP* a partir da discussão acerca do formalismo lógico tida por Russell e Frege<sup>21</sup> (CONANT, 1989, p.258). Diferentemente desses filósofos, porém, o formalismo lógico nas mãos de Wittgenstein se torna uma ferramenta de assepsia contra problemas filosóficos. Para ele, a filosofia também estaria repleta de problemas, equívocos e ambiguidades por ter como meio de expressão a linguagem natural (*TLP* 3.324). Muitas proposições da filosofia redundam em um ou mais desses problemas de má-formação (*TLP* 4.003). Por este motivo, aos olhos de Wittgenstein elas são consideradas contrassensos.

Alguém poderia, no entanto, afirmar: “Mas elas devem ser como são ou não seriam de todo filosóficas!”. Isso traz à tona as discussões acerca da necessidade empreendidas no *TLP*. Nelas veremos como Wittgenstein tenta argumentar que proposições com sentido não podem ser necessárias e que proposições que aparentam necessidade não são na verdade proposições com sentido, embora algumas delas ele não as considere mal construídas.

#### IV. PROPOSIÇÕES GENUÍNAS OU PROPOSIÇÕES NECESSÁRIAS?

Segundo Sandis e Tejedor (2017, p. 576-7), um entendimento acerca da necessidade no *TLP* pode ser encontrado na noção de relações e propriedades internas.

<sup>20</sup> Cf. *TLP* 5.473, 5.4733

<sup>21</sup> Cf., por exemplo, *TLP* 3.325, 4.0031.

Segundo Wittgenstein, relações e propriedades internas, são de um tipo tal que seria impossível conceber um objeto não possuindo tal propriedade ou não estando em tal relação interna (*TLP* 4.123).

Segundo Loomis (2017, p.346), Wittgenstein mobiliza um entendimento acerca da natureza da necessidade de um ponto de vista lógico para dar conta ao mesmo tempo da necessidade enquanto propriedade metafísica e da aprioricidade enquanto propriedade epistemológica. Para ele, ambas poderiam ser contemporaneamente definidas assim:

“[...] necessidade, entendida como a propriedade metafísica de algo ser de tal forma que não poderia ser diferentemente, não é coextensiva com a aprioricidade, entendida como a propriedade epistemológica de algo ser cognoscível independentemente da experiência (LOOMIS, 2017, p.346, *tradução nossa*)<sup>22</sup>.

Para facilitar o tratamento desses pontos separarei em dois os sentidos em que trataremos da necessidade, os quais correspondem respectivamente às noções mencionadas na citação acima. São eles: necessidade no (1) sentido ontológico e no (2) sentido lógico ou normativo. Loomis (*Ibid.*, p.346) afirma que essa discussão surge em dois momentos no *TLP* Primeiramente, no âmbito da teoria da proposição e da discussão acerca das proposições elementares. O segundo momento diz respeito à construção de proposições compostas.

Segundo a concepção tradicional de filosofia, as proposições da filosofia reivindicam ser necessárias em ambos os sentidos. (1) são necessárias em sentido ontológico, porque as figurações que elas pretendem formular deveriam ser figurações de estados de coisas que não podem não existir ou existir de outra maneira. (2) são necessárias em sentido normativo, porque suas afirmações deveriam coordenar as combinações de sinais para construir as afirmações de estados de coisas contingentes das ciências.

Até aqui o que viemos tratando tem implicações sobretudo no primeiro sentido, o que já bastaria para desfazer as pretensões de necessidade das proposições filosóficas. Creio, porém, que seja necessário tratar do segundo sentido aqui. O motivo disso ficará claro mais adiante.

---

<sup>22</sup> “[...]necessity, understood as the metaphysical property of something’s being such that it could not possibly be otherwise, is not coextensive with apriority, understood as the epistemological property of being knowable independently of experience” (LOOMIS, 2017, p.346).

Como vimos Wittgenstein afirma que é uma propriedade da proposição a sua bipolaridade. Ou seja, algo é o caso, posso também concebê-lo como não o sendo. Portanto, proposições não podem ser necessárias no sentido (1). É por este motivo que proposições filosóficas, não são proposições *strictu sensu*<sup>23</sup>.

Wittgenstein também entende a necessidade no sentido lógico ou normativo, que está relacionado à maneira de combinação de proposições elementares. Deste ponto de vista, uma proposição é tida como necessária quando o seu valor de verdade é igual para todos os casos. Essas proposições são chamadas de tautologias e contradições. Entretanto, tampouco esse entendimento corrobora a noção de necessidade pretendida pela concepção tradicional de filosofia. Pois, Wittgenstein entende a necessidade das tautologias e contradições como sendo normativa, porém, vazia. Vejamos como essa noção de necessidade se aplica às proposições complexas no *TLP*

Wittgenstein define as proposições compostas como sendo funções de verdade das suas proposições elementares (*TLP* 5.234). Uma função de verdade determina os valores possíveis do sentido de uma proposição (*TLP* 5.2341). Para isso, na proposição complexa toma-se como base os valores possíveis da função de verdade de suas proposições elementares (*TLP* 5.21, 5.22). Aplica-se então a operação de verdade correspondente ao operador lógico para obter o resultado. O resultado disso, pode determinar, no caso de uma proposição complexa, quais valores de verdade cada uma de suas proposições elementares conectadas por um operador lógico deve ter para que, por exemplo, a proposição complexa, que elas compõem, seja verdadeira (*TLP* 5.24).

Para Wittgenstein haveria somente dois casos em que o produto das operações lógicas em proposições poderia ter, para todos os casos, um valor igual, i.e., sempre verdadeiro ou sempre falso, que é nas tautologias ou contradições (*TLP* 4.46). Esse é o único sentido em que, para Wittgenstein, pode haver necessidade.

No entanto, essas proposições não figuram nenhum estado de coisas possível (*TLP* 4.461). Não sabemos como as coisas estão quando, por exemplo,  $p \vee \sim p$ . A razão para isso é que de acordo com a sintaxe do conectivo  $\vee$ , se pelo menos um dos termos da disjunção for verdadeiro a disjunção é verdadeira. Enquanto que a do conectivo  $\sim$  nega o sentido da proposição. Ao aplicar ambos os conectivos em uma proposição da forma

---

<sup>23</sup> Se algum estado de coisas parece ter caráter necessário, isso se deve unicamente por que a partir do funcionamento da linguagem natural é possível que nós o figuremos assim com a nossa linguagem. Por exemplo, dizendo simplesmente “isso deve ser assim”.



de, por exemplo,  $p \vee \sim p$ , o produto obtido será verdadeiro se  $p$  for verdadeiro. Será também verdadeiro se  $p$  for falso, pois, nesse caso,  $\sim p$  será verdadeiro. Ou seja, o resultado é uma proposição verdadeira para todos os casos. E, portanto, uma proposição que não cumpre a condição essencial da bipolaridade.

Isto é unicamente possível, porém, por causa da sintaxe de ambos os conectivos. Em  $p \vee \sim p$ , o resultado da função de verdade nos diz que os seus valores se somam uns aos outros. Não que nós tenhamos aplicado de maneira equivocada os seus conectivos. Portanto, as tautologias não são combinações ilícitas de sinais (*TLP* 4.461). A aparente necessidade que elas possuem é derivada do método de aplicação dos conectivos lógicos. É uma necessidade de um tipo normativo. Porém, seu conteúdo é vazio porque se anula a si mesmo.

Podemos ver que ambos os entendimentos acerca da natureza da necessidade, para Wittgenstein, não satisfazem as pretensões reivindicadas pelo discurso tradicional da filosofia. Pois, como vimos, ela reivindica um tipo de necessidade que é tanto normativo como positivo (i.e., lógico e ontológico respectivamente). Ou seja, um tipo de necessidade que permita veicular proposições representando estados de coisas sempre verdadeiros e que contribuam para o conhecimento do mundo. Algo que para Wittgenstein seria impossível.

Por este motivo, para Wittgenstein, as proposições da filosofia apenas aparentariam ser completas de sentido, porque não conheceríamos a lógica de nossa linguagem (*TLP* 4.003). Entretanto, no momento em que nós chegássemos a conhecê-la, esses problemas desapareceriam. Assim, problemas como esses poderiam ser evitados fazendo uso de um simbolismo que nos permita concluir se uma proposição incorpora ou não algum pensamento a partir de como ela está escrita unicamente, i.e., do seu aspecto externo (DIAMOND, 1995, p.117). Assim, seria mostrado que o problema não está em dar uma resposta sofisticada para um problema filosófico. O que estaria sendo considerado como um problema teria sido originado de uma pergunta mal formulada. Ao chegar a esse *insight* todo questionamento filosófico seria levado a um termo. E é por este motivo que os problemas da filosofia não são considerados problemas em absoluto por Wittgenstein (*TLP* 4.003).

Wittgenstein mobiliza isso como uma justificativa para defender que a filosofia deveria abandonar a pretensão de ser uma disciplina de caráter cognitivo. Ou seja, ela

deveria abster-se de elaborar teorias ou doutrinas com propósitos explicativos. E, em vez disso, tornar-se uma disciplina de caráter crítico e analítico (*TLP* 4.0031), que deveria ocupar-se unicamente com a clarificação dos pensamentos com o objetivo de evitar o surgimento de novos (pseudo)problemas filosóficos (*TLP* 4.112).

Isso nos leva ao primeiro sentido em que a obra de Wittgenstein pode ser considerada como tendo um sentido ético.

## V. O SENTIDO ÉTICO DA HONESTIDADE INTELECTUAL

Como vimos, há aqui uma justificativa pragmática para a adoção da sintaxe lógica. A partir dela extrairemos o que julgamos ser algumas implicações éticas relativo ao aspecto de honestidade intelectual que perpassa a obra de Wittgenstein. Segundo carta Ficker, a concepção de filosofia como clarificação dos pensamentos parece ser resultado de uma posição ética crítica. Pois, uma vez conhecidos os limites da linguagem, é possível saber que extrapolar tais limites originaria problemas insolúveis. A partir disso, então poderíamos afirmar que seguir este tipo de abordagem como método para a investigação filosófica serviria apenas para propagar o surgimento de novos problemas filosóficos.

Essa justificação pode parecer à primeira vista exibir somente um aspecto epistemológico. Porém, como afirma Sattler (2014, p.148) o seu sentido ético vem de uma das principais motivações filosóficas de Wittgenstein, qual seja, interromper a sedução do pensamento pela via da linguagem para que se cesse o discurso acerca daquilo que pode apenas ser mostrado. Assim, Wittgenstein admoesta em favor correto uso da lógica da linguagem por respeito a princípios de honestidade intelectual e clareza lógica (GLOCK, 1998, p.142) É nesse sentido que Kuusela (2008, p.286) afirma que “Não só o próprio objetivo da filosofia é ético. Mas, além disso, a filosofia coloca exigências éticas para aqueles que querem praticá-la”.

Como mostra a história em geral e a história da filosofia, conceitos e questões filosóficas possuem grande capacidade de moldar nosso conjunto de crenças coletivas. Porém, como vimos, tais conceitos e questões estariam calcados numa má compreensão da lógica da linguagem. Sendo assim, esses conceitos teriam contribuído para instaurar confusões em e, portanto, seriam injustificados.

Tendo isso em mente, a tarefa crítica da filosofia, para Wittgenstein, estaria ligada ao objetivo de alcançar o que o filósofo considerava ser uma percepção mais justa dos limites e possibilidades do uso linguístico descritivo, ao mostrar que proposições filosóficas careceriam de sentido. E, por conseguinte, uma percepção mais justa da realidade, já que esta é construída simbolicamente por meios de descrições factuais da linguagem<sup>24</sup>. É nesse sentido que, segundo Wittgenstein, poderíamos ver o mundo corretamente (*TLP* 6.54). Neste contexto, um dos sentidos no qual Wittgenstein entenderia o propósito ético do seu livro pode ser compreendido como uma questão de honestidade intelectual na filosofia. Ao eliminar a má compreensão, a filosofia de Wittgenstein poderia também contribuir para nos conduzir a uma postura argumentativa mais honesta (GEBAUER, 2013, p.40).

A partir disso, para Wittgenstein, a escrita de uma obra filosófica que decidisse permanecer em tal de uso linguístico problemático seria um mau exemplo de atitude proposicional e poderia levar os seus leitores a esposar dogmaticamente sistemas de crenças problemáticos<sup>25</sup>. Sabendo disso poderíamos caracterizar negativamente as pretensões do seu autor de um ponto de vista ético. Nesse sentido, formular proposições filosóficas poderia ser considerado antiético.

Esse foi o primeiro aspecto em que afirmamos que Wittgenstein o objetivo ético da obra de Wittgenstein poderia ser entendido. Em suma, nesse ponto a ética deve acompanhar o resultado da filosofia, i.e., a clarificação dos pensamentos, colocando condições àqueles que querem filosofar para que desse modo evitemos o surgimento de novos problemas filosóficos. Segundo dissemos, porém, esse não é o único aspecto em que entendemos o sentido ético do *TLP*. Sustentamos que haveria também uma implicação ética oriunda da relação entre o método da filosofia tradicional e a relação do sujeito para com o mundo.

---

<sup>24</sup> Cf. *TLP* 1.1, 2.1, 2.12, 2.141

<sup>25</sup> Tamanho poder de influência poderia também não se limitar à discussão filosófica teórica. Segundo Kuusela (2008, p.284), por exemplo, também a adoção de concepções políticas e morais poderiam estar enraizadas em aspectos de nosso imaginário coletivo herdado de concepções filosóficas tradicionais. Com estes aspectos, teríamos herdado também os problemas linguísticos nos quais a filosofia estaria envolvida. Por exemplo, a inclinação do discurso conservador em ver determinada forma de vida como necessária e tentar fundamentar essa aparente necessidade por meio de proposições que exprimam verdades necessárias e imutáveis. Da perspectiva de Wittgenstein essas seriam justificações equivocadas e serviriam como discursos manipuladores para a adoção das mais diversas posições acerca de vários temas. Ou seja, uma má compreensão dos limites da proposição poderia levar a uma atitude proposicional dogmática com implicações morais e políticas..

## VI. O SENTIDO ÉTICO DO APAZIGUAMENTO

Conforme julgamos, para Wittgenstein, a relação entre ética e filosofia também poderia ser observada no que Wittgenstein considera a relação do sujeito para com o mundo. Conforme tentaremos argumentar, para Wittgenstein, assim como a vontade má, a filosofia também estaria marcada por uma atitude de determinação do mundo por meio da linguagem. O que, para ele, seria considerado uma postura antiética. Para compreender isso, em primeiro lugar, é necessário entendermos os termos um pouco heterodoxos em que Wittgenstein compreende a ética. Além disso, retomando alguns argumentos já formulados, explicaremos o porquê de ele rejeitar concepções tradicionais de ética.

Na *Conferência sobre Ética* de 1929, Wittgenstein toma emprestada a definição de ética fornecida por G. E. Moore no seu *Principia Ethica* (1903). Nesta obra Moore afirma que a ética seria a investigação geral acerca do que é bom<sup>26</sup>. Segundo Wittgenstein, poderíamos definí-la também como a investigação acerca daquilo que tem valor, que é realmente importante ou como a investigação sobre o sentido da vida e assim por diante (CE 4). Como podemos ver, a ética é uma “disciplina”<sup>27</sup> que cuida de valores. Ela parece tratar de algo com uma propriedade intrínseca. Algo intrinsecamente bom, intrinsecamente valioso etc.

De acordo com as conclusões do *TLP*, para que a ética fosse considerada uma disciplina no sentido filosófico tradicional ela deveria estar apta a formular proposições que nos informem algo de positivo acerca de um determinado objeto de investigação, e.g., o bem. A “disciplina ética” deveria ser capaz de dar-nos uma descrição positiva de algo com valor absoluto. Uma proposição ética carregaria a descrição de algo que existisse independente de quaisquer mudanças no estado atual de configuração dos fatos. Algo cujas condições de existência fossem satisfeitas em todos os casos que tal proposição fosse formulada. E é exatamente por isso que não pode haver proposições éticas. Wittgenstein afirma que:

[...] o *bom absoluto*, caso fosse um estado de coisas susceptível de ser descrito, seria algo que toda a gente, independentemente dos seus gostos ou inclinações, iria *necessariamente* efectivar ou sentir-se

<sup>26</sup> Cf. MOORE, G. E. **Principia Ethica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. p.82

<sup>27</sup> O sentido das aspas ficará claro no próximo parágrafo.

culpado por não o fazer. E quero dizer que um tal estado de coisas é uma quimera (CE 8-9).

Em certo sentido, a ética como disciplina filosófica de caráter teórico tal como fora tradicionalmente concebida assemelha-se à filosofia metafísica que também assume pretensões teóricas. Ambas almejam que suas proposições tenham caráter de necessidade semelhante. Isto é, elas aspiram ao mesmo tempo combinar em suas proposições tanto um tipo normativo quando um tipo ontológico de necessidade. No caso das doutrinas éticas tradicionais, suas proposições têm o objetivo de regular nossas ações na vida que levamos para com os outros. Ou, por exemplo, informar-nos um fundamento metafísico necessário, *a priori* desconhecido, que fundamente de maneira cabal suas prescrições. Tendo isso em mente, Diamond, por exemplo, afirma que quando interpretamos as proposições éticas assim como as proposições filosóficas, ambas parecem compartilhar o apelo à “ideia do mundo de um ponto de vista universal e necessário, não importa o que aconteça nele” (DIAMOND, 2001, p.161)

Se algo deve acontecer necessariamente, diríamos dele que seria dotado de uma necessidade do tipo ontológico. Porém, como vimos, a possibilidade de derivar implicações de maneira necessária é uma propriedade que Wittgenstein confere unicamente à lógica (TLP 6.37). Portanto, a partir dessa perspectiva, uma concepção filosófica de ética que se baseasse na formulação prescritiva de deveres absolutos seria considerada algo infrutífero, uma vez que não haveria nenhuma garantia de determinação causal das nossas ações a partir imperativo moral proferido (TLP 6.422). Pois, o imperativo ordena que uma ação aconteça de tal e tal forma e não do contrário. Porém, segundo a bipolaridade da proposição, a sua falsidade seria algo também perfeitamente concebível, de modo que com isso o imperativo perderia qualquer possibilidade de ter o caráter efetivamente impositivo almejado.

Também impossível, para Wittgenstein, seria qualquer tentativa de fundamentação da ética (por exemplo, a partir de uma suposta definição de liberdade). Pois, tal pretensão resultaria também em (pseudo)proposições com aparência de necessidade no sentido ontológico. Tampouco a ética poderia ser fundamentada por um fato do mundo. Pois segundo a definição de ética acima nenhum fato, pode implicar algum valor, algo que pudesse ser formulado na forma de um juízo absoluto (CE 5).

Evidentemente, Wittgenstein não visa com isso a desqualificar qualquer possibilidade do discurso ético. Segundo Blackburn, por exemplo, durante todo o seu

período de atuação filosófica Wittgenstein sempre considerou a ética como uma esfera da vida humana muito importante a qual ele respeitava profundamente<sup>28</sup>. A questão aqui é que para ele uma dimensão valorativa do uso da linguagem só poderia existir dissociada de quaisquer pretensões de sentido, i.e., referenciais (DALL'AGNOL, 2004, p.89-90; SATTLER, 2012, p.49).

Em que sentido então poderíamos falar de ética para Wittgenstein? Algumas poucas observações positivas encontradas tanto no *TLP*. quando no seu *Diário filosófico* apontam para um paralelismo entre ética e lógica. No *TLP*. ele caracteriza ambas como transcendentais (*TLP* 6.13, 6.421) enquanto que no *Diário* ele afirma que ambas devem ser condições do mundo. Além disso, ele vincula ambas ao sujeito volitivo/metafísico que é identificado como o limite do mundo (*TLP* 5.632). Vejamos como a definição de ética pode ser explicitada a partir das discussões sobre a natureza da lógica e do sujeito.

Como mostramos acima, para Wittgenstein, a lógica, assim como a ética, não trata diretamente de entidades de qualquer nível ontológico, sejam elas fatos ou constantes lógicas reificadas, que possam ser representadas por meio de proposições (DAIN, 2018, p.9). Tendo em mente o seu caráter transcendental, Wittgenstein estabelece uma diferença entre a lógica e a sua aplicação (*TLP* 5.557). Diferentemente das deduções lógicas, segundo Hacker (1986, p.102), a aplicação da lógica pressupõe uma análise empírica que estabeleça uma determinada denotação dos nomes numa linguagem simbólica, i.e., pressupõe um conteúdo. Como nomes são representantes de objetos (*TLP*. 3.202) e a totalidade destes representa a ideia lógica de substância do mundo (*TLP*. 2.021), a aplicação da lógica pressupõe que tal substância já tenha sido determinada. Ademais, dado que um objeto não pode existir fora de um estado de coisas (*TLP* 2.011) e que os objetos contêm todas as possibilidades de possíveis estados de coisas que podem compor, a aplicação da lógica deve determinar quais estados de coisas existem, i.e., quais proposições elementares existem (*TLP* 5.557). Com isso, ela determina a totalidade da realidade empírica linguisticamente referenciável (*TLP* 5.5561). Para Wittgenstein, porém, o caráter transcendental da lógica determina que ela seja independente da disposição de fatos no mundo (*TLP* 5.552). Naturalmente, isso

---

<sup>28</sup> Cf. e.g., CE 18 & DALL'AGNOL, Darlei. Quasi-Realism in moral philosophy - An interview with Simon Blackburn. *ethic@ - An international Journal for Moral Philosophy*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 101-114, jan. 2002.

implica que as proposições lógicas não tenham sentido<sup>29</sup>, uma vez que, para Wittgenstein, o sentido de uma proposição é a figuração do possível estado de coisas que ela visa a representar (*TLP* 2.222). Portanto, a lógica não pode antecipar a experiência possível dada pela sua aplicação (*TLP* 5.557).

Para Wittgenstein, a lógica deve apresentar a forma na qual o conteúdo é inserido, i.e., os limites do mundo (*TLP* 5.61). Em certo sentido, isso é apenas uma reiteração do que se conclui da diferenciação entre lógica e aplicação da lógica, i.e., segundo Hacker, que a lógica é limitada ao não-contingente (HACKER, 1986, p.102). Tal como De Gaynesford (2017, p.479) afirma, a noção de limite aqui se refere ao que faz sentido excluir. A argumentação de Wittgenstein para fundamentar esse ponto se dá por meio de redução ao absurdo. Tendo em vista que a lógica é anterior a toda a experiência, i.e., a toda possibilidade de dizer como o mundo é, não seria possível especificar *a priori* o conteúdo da experiência (*TLP* 5.5571). Admitir que isso seria possível, implicaria que a lógica poderia determinar quais possibilidades de estados de coisas não existem sem consultar a experiência. Fazer isso *a priori* significaria querer expressar uma impossibilidade lógica, i.e., algo necessário. Isso, porém é paradoxal, afinal, para Wittgenstein, tudo o que é pensável é também possível (*TLP* 3.02). Por este motivo, segundo Wittgenstein, uma impossibilidade lógica é algo que não podemos sequer pensar (*TLP* 3.03, 5.61). Dada a congruência do domínio de aplicação da lógica com o mundo, cuja totalidade é a totalidade dos fatos referíveis linguisticamente (*TLP* 1.1), isso significa que pensar de verdade é pensar algo contingente (TECHIO, 2014, p.344).

A passagem da lógica a sua aplicação também remonta à discussão acerca do conceito de método de projeção que é introduzido quando da diferenciação entre sinais e símbolos (*TLP* 3.1s). Para Wittgenstein os sinais são as marcas sensivelmente perceptíveis que usamos para figurar possíveis estados de coisas (*TLP* 3.32). O sinal por si só não sustenta qualquer relação projetiva. Para projetarmos algo nos sinais é necessário “[...] pensar o sentido da proposição” (*TLP* 3.11), i.e., pensar o que é o caso, se ela for verdadeira (*TLP* 4.022, 4.023). Os símbolos, por sua vez, são reconhecidos nos sinais através do seu uso significativo (*sinnvoller Gebrauch*) (*TLP* 3.326). Para isso, é necessário vincular os seus elementos, i.e., as partes que constituem o seu sentido

---

<sup>29</sup> Isso é particularmente evidenciado na análise de tautologias e contradições que fizemos na segunda secção do trabalho com referência a *TLP* 4.46s.

(*Sinn*), aos elementos de uma situação possível pensada, a partir do princípio de substituição supramencionado. Deixamos, assim, de operar apenas com termos lógicos vazios (*TLP* 6.126) e passamos a atentar para o conteúdo das proposições. O símbolo, portanto, é um conjunto articulado, a cujos sinais já fora atribuído um papel sintático e semântico, i.e., um sentido determinado. A proposição não é um mero agregado de sinais, mas um sinal a partir do qual foi estabelecida uma relação projetiva com um possível estado de coisas (*TLP* 3.141). Uma proposição, portanto, é um símbolo (*TLP* 3.31).

Segundo Techio (2014, p.342) a noção de sujeito estaria implícita nesta discussão, pois, para infundir um sentido nos sinais é necessário uma instância ativadora que pense o sentido da proposição a partir de um ato mental de determinação do sentido, i.e., é necessário um sujeito pensante. Nesse sentido, Hacker afirma, por exemplo:

Qualquer coisa que eu entenda como linguagem deve possuir um conteúdo atribuído por mim ao projetar formas lógico-sintáticas na realidade. “As coisas adquirem ‘sentido’ (*Bedeutung*) apenas em relação com a minha vontade” não é apenas um princípio ético, mas também semântico. Sinais proposicionais são meras “inscrições”; somente em relação com a minha vontade eles constituem símbolos<sup>30</sup> (HACKER, 1989, p. 100, *tradução nossa*).

Wittgenstein, porém, adota uma concepção não ontológica de sujeito, i.e., anti-cartesiana. Para ele, o sujeito pensante do tipo *res cogitans*, i.e., concebido como instância positiva e substancial, que se contrapõe aos dados da experiência, não existe (*TLP* 5.631). Sua concepção procede da análise lógica da relação entre pensamento e a linguagem. Segundo Hacker (1989, p.83), seu argumento para essa rejeição pode ser apreendido já desde a discussão acerca das atitudes proposicionais de crença do tipo (a) “A acredita que *p*” como possíveis contra-exemplos à tese da extensionalidade (de todas as proposições são funções de verdade de proposições elementares) em *TLP* 5.54s. A suposta refutação correria do seguinte modo: o sentido de (a) é tal que *A* é considerado um objeto, como uma mente ou uma consciência, que mantém relação com a proposição *p* e seus respectivos objetos. Que *A* acredite em *p*, porém, independe do valor de verdade da proposição acreditada. Desse modo, pareceria que *p* não servia como uma

---

<sup>30</sup> “Anything which I can understand as language must have a content which is assigned to it by my projecting logico-syntactical forms on to reality. “Things acquire ‘Bedeutung’ only in relation to my will” is not only an ethical principle, but a semantic one. Propositional signs are merely ‘inscriptions’; only in relation to my will do they constitute symbols” (HACKER, 1989, p. 100).



função, cujo valor de verdade influenciaria o resultado da operação de verdade sobre (a). Isso contrariaria a tese da extensionalidade.

Wittgenstein contorna esse problema interpretando o sentido de (a) de outra forma. Segundo Hacker (1986, p.84), o que seria uma suposta relação entre um objeto e um complexo, i.e., uma mente subjetiva reificada e uma proposição, é substituído por uma relação entre dois complexos a partir do método de projeção. Nesse sentido, Wittgenstein propõe que (a) seja traduzido por (b) *p'* diz *p*. A partir disso, para Wittgenstein, em (b) a relação estabelecida seria tal que o conteúdo de cada elemento do pensamento *p'*, que figura um possível estado de coisas, é infundido nas formas lógicas de cada elemento do complexo (da proposição) *p*, que são identificados com os elementos da linguagem, as palavras ou sinais. Isso é possível, porque Wittgenstein também considera o pensamento uma forma de linguagem, embora não verbal (19.8.19). Para Wittgenstein, portanto, o *eu* não é um objeto. (11.8.16).

Nesse sentido, o suposto sujeito que considerávamos ser a denotação de *A* em (a) é na verdade uma colcha de retalhos de pensamentos, ideias etc. Para Wittgenstein, porém, esse é o sentido psicológico da noção de sujeito e sobre ele a psicologia, a qual Wittgenstein atribuía estatuto de ciência empírica, pode formular proposições. Apesar disso, na mesma passagem do *Diário* supracitada, Wittgenstein admite que ainda assim deve haver um sentido em que caiba à filosofia tratar do sujeito (*TLP* 5.641). Para ele, este deve ser o sujeito metafísico/transcendental, que não é uma parte do mundo, mas o limite do mundo. Tal sujeito é, para Wittgenstein, uma condição necessária (*a priori*) da experiência no sentido em que ele injeta conteúdo em formas lógicas. Assim, ele determina as possíveis descrições linguísticas de estados de coisas, i.e., as possíveis configurações do mundo. Por este motivo, ele mesmo não pode ser encontrado na experiência, já que nenhuma parte dela é *a priori* no sentido de que tudo que é experienciável é contingente (*TLP* 5.634). Se esse fosse o caso, ele poderia ser descrito por meio de uma proposição bipolar, e, portanto, não poderia legitimamente ser considerado essencial.

Segundo Hacker (1986, p.90), este sujeito metafísico é identificado com o sujeito portador da vontade ética. Isso poderia ser percebido comparando a entrada do dia 2.8.16 do *Diário* com o aforismo 5.632 do *TLP.*, onde Wittgenstein repete o argumento sobre o sujeito ser o limite do mundo e não uma parte dele. Nesse sentido,

podemos atribuir as mesmas propriedades do sujeito pensante ao sujeito portador da vontade ética. Aqui percebemos com mais clareza ainda que os limites das noções de lógica e ética são congruentes. Ambas se referem ao mundo como um todo.

A transcendentalidade da ética segue uma linha de raciocínio semelhante, porém, com algumas especificações. Vimos que Wittgenstein rejeita qualquer possibilidade de expressão proposicional na ética. Pois, ele considera o mundo como uma esfera axiologicamente neutra, sobre a qual não faria sentido formular atribuições valorativas necessárias, como “bom” e “mal”. Nesse contexto, que é necessário ou tem valor e é de caráter ético, por excelência, afirma Wittgenstein, não pode existir no domínio linguisticamente referenciável (*TLP* 6.41). Predicados éticos só adquirem significado em conexão com a vontade do sujeito (2.8.16; 15.10.16). Portanto, a vontade, o querer bom ou mau, que é o portador do valor ético também não pode determinar a configuração do mundo por meio de proposições, excluindo ou incluindo possibilidades de maneira necessária e *a priori*. Nesse sentido, assim como a necessidade normativa da lógica só pode determinar conexões causais dentro de possíveis descrições linguísticas e não de modo a pretender que essas conexões representem o mundo “tal como ele é”, o mundo também independe da vontade do sujeito, na medida em que esta se refere a uma configuração específica de estados de coisa nele, i.e., a uma ou outra parte do mundo (*TLP* 6.373). Assim, como a totalidade das operações lógicas estabelecem a estrutura da construção linguística do mundo, a ética deve se referir ao mundo e à vida como um todo, podendo apenas alterar os seus limites com sua predicação valorativa (*TLP* 6.43).

Segundo afirma Sattler (2012, p.53), Wittgenstein se utiliza de termos marcadamente estóicos para relacionar os predicados éticos “bom” e “mal” com a vida feliz e a vida infeliz respectivamente. Na sua anotação de 13.8.16 do diário, ele exemplifica o que poderia significar o sentido de bom na acepção ética da palavra. Lá ele afirma que somente através de uma vida sábia (*Leben der Erkenntnis*) podemos alcançar o ideal da vida feliz. Ainda nessa entrada do seu diário, ele afirma que, na vida sábia o sujeito vive uma vida feliz a despeito das vicissitudes e misérias sofridas. Assim, a vida feliz pode ser considerada em termos de harmonia ou concordância entre a vontade e os fatos<sup>31</sup>. Ou seja, a vida do feliz é guiada pela vontade boa que representa

---

<sup>31</sup> Cf., e.g., Sattler (2012, p. 57) e Haller (1991, p. 54)

uma maneira de ver o mundo marcada pela aceitação de que o curso natural do mundo é como uma vontade independente à sua (8.7.16). De modo que os fatos deixam de fazer parte do problema da vida (*TLP* 6.4321). Nesse sentido, para o sujeito portador da vontade boa o sentido da vida/existência se encerra na sua própria autossuficiência. Ao deixar de depender de eventos externos incontroláveis a felicidade revela integralmente o seu sentido estóico para Wittgenstein como apaziguamento (SATTLER, 2012, p.52). É próprio do feliz, para Wittgenstein, não acreditar numa conexão causal entre a sucessão de eventos no mundo e a linguagem que ele utiliza<sup>32</sup>. Isso implica reconhecer a independência entre as formas lógicas das descrições linguísticas as possibilidades de elas serem verdadeiras (*TLP* 6.363). A diferença crucial entre os dois aspectos da vontade reside nesse ponto.

Em sentido contrário, a vontade má aspiraria ir além dos limites do mundo, agindo nele causalmente e assim por diante. Segundo Diamond (2001, p.167), o sujeito portador da vontade má é ressentido com a incapacidade de se estabelecer uma relação causal entre as descrições possíveis de estados de coisas e a sua efetivação ou não efetivação. Tal sujeito traduziria sua frustração numa atitude determinativa de tentar agir causalmente no mundo por meio da linguagem, colocando-lhe exigências, condições e projetando nele desejos com o objetivo que eles se realizem. Dada a impossibilidade disso a partir da afirmação de que a única espécie de necessidade que podemos assumir é a lógico-normativa, o sujeito portador de uma vontade má insiste em lançar-se em direção a anseios e pensamentos infecundos, o que o levaria a vida infeliz de inquietude.

A partir disso, parece ficar claro que, em primeiro lugar, o problema do qual sofre o portador da vontade má é um problema intelectual, a saber, uma ilusão quanto às capacidades descritivas da linguagem e quanto às conexões lógico-causais nela estabelecidas. A pretensão filosófica, de determinar a realidade tal como ela é figurando pretensos fatos necessários padeceria do mesmo problema. Isto é, ela também estaria fundada na mesma visão problemática dos limites da lógica da nossa linguagem. De

---

<sup>32</sup> Poder-se-ia ser levado a crer que isso implicaria em um quietismo ou uma atitude passiva para com a vida. Essa interpretação coloca o apaziguamento como objetivo de toda ação e escolha ética o que é problemático em alguns sentidos. Pois, e.g., exigiria um conhecimento *a priori* das alternativas dos cursos de ação e implicaria que a ética poderia ser ensinada. Afinal, bastaria desejar a alternativa passiva, i.e., querer nada. Infelizmente não há espaço para tratar mais a fundo desses problemas aqui. Sobre eles remeto a Kuusela (2018) e Sattler (2012; 2014).

acordo com Kuusela tal tendência filosófica em tentar exercer controle simbólico sobre o mundo por meio das tentativas de sistematizá-lo segundo princípios metafísicos, poderia ser considerada uma tentativa de transcender os limites da existência corpórea para algo de mais elevado:

Aparentemente, a atração por determinadas representações pode ser compreendida analisando mais de perto a maneira que determinadas formas de pensar estão enraizadas na forma de vida humana, i.e., conectadas com diversas aspirações, desejos, medos e assim por diante. Por exemplo, a pretensão de generalidade dos filósofos e o desejo de descrever a realidade como um sistema perfeitamente ordenado[...] pode ser, em parte, a expressão de um desejo de tomar controle de um mundo arbitrário e caótico. De modo semelhante, a visão tradicional das afirmações acerca de conexões conceituais como sendo afirmações de verdades imutáveis pode ser vista como expressando um desejo de transcender os limites da existência corpórea humana<sup>33</sup> (KUUSELA, 2008, p. 283-4, *tradução nossa*)

Algo que poderia ser igualado ao ressentimento do sujeito portador da vontade má. Nesse sentido, o problema das proposições filosóficas não seria somente um problema intelectual. Tal atitude proposicional levaria somente a confusões conceituais e busca por respostas para (pseudo)questões metafísicas insolúveis prejudicial à paz nos pensamentos, ideal ético a ser almejado segundo Wittgenstein. Por levar a uma vida infeliz, portanto, a tendência à metafísica deveria ser moralmente reprovável, assim como a atitude proposicional do portador de uma vontade má.

## VII. CONCLUSÃO

Como pudemos ver, a ética é um tema central no primeiro momento da obra de Wittgenstein, estando relacionada com conclusões acerca da lógica e da essência da proposição que o autor chega no *TLP*. Assim como ocorre com a ética, o tratamento de questões relativas à filosofia e ao método filosófico também está inserido nesse panorama conceitual (HUTTO, 2003, p.101-2). Nele Wittgenstein se utiliza das regras da sintaxe lógica para analisar as proposições filosóficas e rejeitar as pretensões

---

<sup>33</sup> “Apparently, the attraction of particular pictures (and so on) can be made comprehensible by taking a closer look at how inclinations to think in particular ways are rooted in the human form of life, i.e., connected with various human aspirations, desires, fears, and so on. For example, philosophers' craving for generality and the desire to describe reality as a neatly ordered system[...] might be partly an expression of a wish to gain control over an arbitrary and chaotic world. Similarly, the traditional view of statements about conceptual relations as statements of immutable truths might be seen as expressing a desire to transcend the limits of corporeal human existence” (KUUSELA, 2008, p. 283-4)

discursivas da filosofia, a partir de um tratamento lógico acerca da natureza da necessidade e da proposição.

Um dos argumentos que Wittgenstein mobiliza para isso é a defesa da existência de apenas um tipo de necessidade, a saber, do tipo normativo e que esta não poderia coexistir com a positividade, i.e., a capacidade de informar algo sobre alguma coisa. Uma vez que a filosofia metafísica tradicional almeja formular proposições dotadas de ambos os tipos de necessidade, Wittgenstein considera suas proposições como sendo contrassensos. Tendo isso em mente, Wittgenstein propõe que a filosofia adote a tarefa de crítica da linguagem, em lugar das suas pretensões proposicionais teóricas tradicionalmente conhecidas

Conforme tentamos mostrar, essa proposta contém importantes implicações éticas. Pois, tal como afirma Glock (1998, p.142), por exemplo, para Wittgenstein, “temos a obrigação moral de buscar a clareza lógica”. Nesse sentido, a filosofia estaria submetida à ética compreendida em um de seus aspectos como uma questão de honestidade intelectual. Portanto, a atividade filosófica também estaria sujeita a juízos éticos, de modo que uma atitude proposicional metafísica, que infringiria deliberadamente as regras da sintaxe lógica com o risco de gerar novos problemas conceituais poderia ser considerada antiética por não respeitar o princípio da honestidade intelectual.

Além disso, conforme tentamos mostrar, para Wittgenstein, a atividade filosófica tradicional poderia estar sujeita à valoração ética sob outro aspecto. Neste, a atitude de formular proposições filosóficas é compreendida como uma atitude ética do sujeito filosófico para com o mundo. Tal como o sujeito portador da vontade má, a metafísica não reconheceria a independência lógico-causal entre suas teses e a configuração dos estados de coisa. Este aspecto compartilhado por ambas nos permitiu argumentar que, assim como a vontade má, também a atitude metafísica levaria a uma vida de intranquilidade intelectual, que Wittgenstein identifica com a vida infeliz, imoral por excelência, dada a incompreensão de ambas quanto aos limites da linguagem figurativa. Como consequência disso, para Wittgenstein, ambas deveriam ser consideradas tendências antiéticas.

Aqui se conectam os dois aspectos da orientação ética da obra de Wittgenstein. Pois o desconhecimento dos limites do sentido leva a uma ilusão quanto às capacidades

figurativas da linguagem. Tal ilusão, por sua vez, dá origem a uma vida infeliz marcada pela intranquilidade intelectual que se origina quando buscamos desejos infrutíferos e questionamentos metafísicos insolúveis. A tarefa analítica da filosofia de Wittgenstein é invocada aqui para delimitar claramente os limites da linguagem, colocando assim regras morais de clareza e honestidade intelectual, assim como para resolver confusões conceituais e atingir a tranquilidade dos pensamentos.

### VIII. REFERÊNCIAS:

- ARRINGTON, R. L. Wittgenstein and Ethics. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). . **A companion to Wittgenstein**. 1. ed. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 605–611.
- CHRISTENSEN, A.-M. S. Wittgenstein and ethics. In: MCGINN, M.; KUUSELA, O. (Eds.). . **The Oxford Handbook of Wittgenstein**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 796–818.
- CONANT, J. Must we show what we cannot say? In: FLEMMING, R.; PAYNE, M. (Eds.). . **The Senses of Stanley Cavell**. Lewisburg: Bucknell University Press, 1989. p. 242–283.
- DAIN, E. Wittgenstein’s Moral Thought. In: AGAM-SEGAL, R.; DAIN, E. (Eds.). . **Wittgenstein’s Moral Thought**. New York: Routledge, 2018. p. 9–35.
- DALL’AGNOL, D. What we cannot say, we can and must speak about. In: MAREK, J. C.; REICHER, M. E. (Eds.). **Experience and Analysis: Papers of the 27th International Wittgenstein Symposium**. Kirchberg am Wechsel: Austrian Ludwig Wittgenstein Society, 2004. p. 89–91.
- DALL’AGNOL, D. **Seguir Regras: Uma introdução às Investigações Filosóficas de Wittgenstein**. 1. ed. Pelotas: Ed. da UFPel, 2011.
- DE GAYNESFORD, M. Wittgenstein on I and the self. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). **A companion to Wittgenstein**. Hoboken: Blackwell, 2017. p. 478–490.
- DIAMOND, C. ETHICS, IMAGINATION AND THE METHOD OF WITTGENSTEIN’S TRACTATUS. In: CRARY, A.; READ, R. (Eds.). . **The new Wittgenstein**. 1. ed. London: Routledge, 2001. p. 149–173.
- GEBAUER, G. **O pensamento antropológico de Wittgenstein**. Tradução Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- GLOCK, H.-J. Necessity and Normativity. In: SLUGA, H.; STERN, D. (Eds.). . **Companion to Wittgenstein**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 198–225.
- GLOCK, H.-J. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- HACKER, P. M. S. **Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein (Revised Edition)**. Oxford: Clarendon Press, 1986.

HACKER, P. M. S. Metaphysics: From Ineffability to Normativity. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). . **A companion to Wittgenstein**. 1. ed. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 207–227.

HALLER, R. A Ética no pensamento de Wittgenstein. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 45–56, 1991.

HUTTO, D. D. **Wittgenstein and the end of philosophy: Neither theory nor therapy**. London: PALGRAVE MACMILLAN, 2003.

KUUSELA, O. From metaphysics and philosophical theses to grammar: Wittgenstein's turn. **Philosophical Investigations**, v. 28, n. 2, p. 95–133, 2005.

KUUSELA, O. **The Struggle Against Dogmatism: Wittgenstein and the Concept of Philosophy**. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2008.

LOOMIS, E. Necessity and Apriority. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). . **A companion to Wittgenstein**. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 346–358.

SANDIS, C.; TEJEDOR, C. Wittgenstein on Causation and Induction. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). . **A companion to Wittgenstein**. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 576–586.

SATTLER, J. A ética estoíca do Tractatus de Wittgenstein. In: DALL'AGNOL, D.; FATTURI, A.; SATTLER, J. (Eds.). . **Wittgenstein em retrospectiva**. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. p. 49–66.

SATTLER, J. **L'Éthique du Tractatus: non-sens, stoïcisme et le sens de la vie**. Pelotas: NEPFIL online, 2014.

TECHIO, J. Solipsism and the Limits of Sense in the Tractatus. **Philosophical Topics**, Arkansas, v. 42, n. 2, p. 339–369, 2014.

WITTGENSTEIN, L. **The Collected Works of Ludwig Wittgenstein: Notebooks 1914-1916**. Tradução G. E. M Anscombe. 2. ed. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1998.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução Luiz Henrique Lopes Dos Santos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017a.

WITTGENSTEIN, L. **Conferência sobre a Ética**. Tradução António Marques. 1. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017b.